

MUSEIFICAÇÃO TERRITORIAL: FUNDAMENTOS DE UM CONCEITO

*Aline Tessarolo Ruy**

*Renata Hermann de Almeida***

* Universidade Federal do Espírito Santo, Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento, Vitória, ES, Brasil.

** Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vitória, ES, Brasil.

Resumo

A palavra “museificação” tem sido utilizada em reflexões de diversos campos disciplinares. Trata-se de concepção ainda pouco discutida, carente de clareza epistemológica. Assim, este artigo apresenta uma abordagem conceitual dedicada ao entendimento do processo de museificação, buscando embasamento para formular sua definição e viabilizar análises territoriais. Configura-se como pesquisa qualitativa, com estudo de caso no qual oito processos próprios da museificação, identificados na fundamentação conceitual, são usados na análise do Circuito Caravaggio (Santa Teresa, ES, Brasil). O resultado demonstra a vinculação real entre a museificação do território e os roteiros culturais.

Palavras-chave

Museificação; Território; Museificação territorial; Roteiro cultural; Circuito cultural.

TERRITORIAL MUSEIFICATION: FUNDAMENTALS OF A CONCEPT

*Aline Tessarolo Ruy**

*Renata Hermann de Almeida***

* Universidade Federal do Espírito Santo, Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento, Vitória, ES, Brazil.

** Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vitória, ES, Brazil.

Abstract

The word “museification” has been used in the reflections of various disciplinary fields. It is a concept that has been little discussed and lacks epistemological clarity. Thus, this article presents a conceptual approach dedicated to understanding the process of museification, seeking a basis to formulate its definition and to enable territorial analysis. This was a qualitative research, with a case study in which eight processes of museification, identified in the conceptual foundation, are used in the analysis of the Caravaggio Circuit (Santa Teresa, ES, Brazil). The result demonstrates the true link between the museification of the territory and the cultural itineraries.

Keywords

Museification; Territory; Territorial museification; Cultural itinerary; Cultural circuit.

MUSEIFICAÇÃO TERRITORIAL: FUNDAMENTOS DE UM CONCEITO

Aline Tessarolo Ruy

Renata Hermann de Almeida

Introdução

Em se tratando da revitalização de territórios históricos, geralmente a atividade turística é entendida como a solução milagrosa para os problemas decorrentes de abandono/desuso. Desde o fim do século XX, alertas sobre os perigos dessa atividade vêm sendo feitos, com o propósito de mostrar seu possível efeito reverso: a morte dos territórios, quando, inseridos na indústria do turismo cultural, eles são transformados em museus a céu aberto. Tal processo tem sido identificado por alguns estudiosos por meio do termo **museificação** (JEUDY, 2005; CHOAY, 2010).

O termo **museificação territorial**, entretanto, ainda é de compreensão restrita ou carente de explicitação. Acredita-se que essa condição resulte da escassez de interpretação focada em suas especificidades. Com base nessa premissa, busca-se conferir ao fenômeno uma definição totalizante, pautada em estudos científicos. Todavia, a pretensão não é concluir o exercício da conceituação, e sim formular uma abordagem crítica, teórica e histórica, com vistas a contribuir para um planejamento vinculado a um desenvolvimento local autossustentável.

O território é tomado como categoria de estudo e sua conceituação é exposta de maneira a configurar dupla temática com a palavra “museificação” e, assim, estabelecer a definição de museificação territorial. Antes de tudo, porém, cabe uma diferenciação entre os termos museificação e musealização, algumas vezes apresentados como sinônimos. A intenção é indicar justamente o contrário, ou seja, seu caráter distintivo.

Conforme Marín e Del Cairo (2013), musealização é um termo estabelecido epistemologicamente, compreendido como o ato de inserir determinado objeto dentro de uma instituição museológica. Essa acepção, todavia, diverge do termo central da abordagem proposta, pois se reconhece a manifestação de processos de museificação nos mais variados contextos, sem restringir-se, necessariamente, a uma atividade político-institucional.

Ainda sobre a atividade turística, não é difícil identificar, na contemporaneidade, roteiros, rotas, circuitos, caminhos – termos que, muitas vezes, apresentam o mesmo sentido –, ao se visitar localidades ao redor do mundo. Em sua maioria, são concebidos para facilitar o conhecimento de atributos específicos em um contexto em que a escassez de tempo parece tomar conta da vida social. Cada vez mais valorizados em todo o planeta, parte desses roteiros estabelece-se pela vertente cultural, integrando bens das mais diversas naturezas, material ou cognitiva.

A possível vinculação entre a museificação e os roteiros culturais instiga a análise aqui apresentada. Portanto, seu objetivo principal é entender o fenômeno da museificação territorial à luz de um roteiro cultural. Nessa perspectiva, utilizando como ponto de partida os processos próprios da museificação identificados na fundamentação conceitual, estuda-se o caso do Circuito Caravaggio, em Santa Teresa, Espírito Santo, Brasil. Criado pela iniciativa privada, em 2008, e administrado posteriormente em parceria com o poder público, esse roteiro apresenta como temática principal a cultura remanescente do imigrante italiano colonizador do território em foco. Essa herança vem sendo explorada pelo turismo por meio do roteiro, o qual tem se destacado em meio a outros vinculados a essa mesma narrativa histórica no Espírito Santo. Totalizando aproximadamente 14 km, o Circuito Caravaggio conta com 23 atrativos de natureza diversa (cultural, natural e comercial), situados, em sua maioria, ao longo da estrada que liga a cidade de Santa Teresa à Capela do Caravaggio, inserida na encosta do vale de mesmo nome.

No que diz respeito à estrutura, na seção 1 encontra-se a abordagem conceitual do termo museificação, e, a partir dela, são destacados, na seção 2, oito processos próprios ao fenômeno. Na seção 3, tais processos, que constituem hipóteses explicativas, são ponto de partida para a análise do Circuito Caravaggio. Por fim, a seção 4 sublinha as conclusões a que a análise permitiu chegar, e a principal delas consiste no reconhecimento da transformação de elementos territoriais em objetos de museu.

1. A museificação e suas múltiplas abordagens

Para Pinheiro e Duarte (2008), a museificação é um processo cristalizador de monumentos; essas autoras apontam que os elementos urbanos destinados à con-

templação sofrem essa cristalização em virtude de uma possível desarticulação com a realidade. Nessa mesma direção, Jacques (2008) considera a museificação como a transformação da cidade em museu, o que causaria um congelamento do espaço urbano, gerado pela condição pós-moderna de se conferir importância às culturas existentes. Na contemporaneidade, observa-se a exacerbação dessa preocupação, em que se preconiza a petrificação da cidade, em particular de seus centros históricos. A museificação, para a mesma autora, é uma das facetas da cidade-espetáculo e, não raro, sua efetivação marca o início do processo de espetacularização. Nesse sentido, a cidade é entendida como mercadoria, uma marca que a destaca entre as demais.

Sob a ótica dessa mesma autora, o processo de museificação se insere em um nicho de transformações que, paradoxalmente, tem como premissa uma concepção estática da cidade. Para ilustrar sua perspectiva, faz-se contraponto entre a concepção japonesa de patrimônio, em que as tradições são vivas, porque presentes no cotidiano social, e a situação europeia, tendo em vista a recorrência das ações preservacionistas. Nessa circunstância, a autora aproxima a questão patrimonial da museificação e utiliza o termo patrimonialização como sinônimo (JACQUES, 2008; JACQUES apud JEUDY, 2005).

Em estudo sobre as iniciativas estatais de construção da memória coletiva na Colômbia, Marín e Del Cairo (2013, p. 76, tradução nossa) também exemplificam processos de museificação, concebidos por eles como um meio de construção, legitimação e redução da memória coletiva, referindo-se, em síntese, às ações de instituições com o objetivo de “selecionar e confinar um ‘objeto’” com base em “lógicas e retóricas que ‘petrificam’ [seus] sentidos históricos e culturais”. O alvo dessas ações, exercidas dentro de um estado, comunidade ou sociedade, pode ser natural, cultural, assim como indivíduos ou comunidades.

Esse processo remove o artefato de seu contexto e de suas referências históricas, transformando-o em “reminiscências exóticas do passado”, uma ação que mumifica o objeto, para salvaguardar certas percepções do passado e do futuro que se deseja expor (MARÍN; DEL CAIRO, 2013, p. 77, tradução nossa). Assim, os objetos são transformados em algo exótico e deles é retirada sua história, com vistas a que se tornem funcionais, o que se sustenta em uma lógica específica de memória coletiva. Para os mesmos autores, a museificação é instrumentalizadora da musealização, entendida, aqui, como a atividade própria dos museus, com função de contextualizar um objeto cultural.

Ao omitir as referências contextuais do objeto, a museificação estetiza-o, expondo-o “bem desenhado”, a ponto de fascinar o espectador. Na Colômbia, Marín e Del Cairo (2013) afirmam que esse processo neutraliza os discursos em relação

à política nacional de preservação da memória, o que pode ocorrer em âmbitos local e regional. Ademais, a museificação inibe questionamentos relativos aos grupos-alvo de tais políticas. Segundo os mesmos autores, a museificação é recente e pode ocorrer das formas mais variadas, “essencializando” comunidades, ou seja, criando a seu respeito uma imagem que oculta contradições, e/ou “moralizando” objetos. Ainda, para eles, o aprofundamento da compreensão sobre os tipos de museificação é processo-chave para a compreensão das formas de elaboração da memória coletiva.

Em estudo sobre as estratégias de salvaguarda dos remanescentes industriais, Silva (2009) indica que a museificação é amplamente utilizada nos projetos que envolvem o patrimônio cultural. O autor revela que historiadores, museólogos e arquitetos têm utilizado esse termo nas discussões patrimoniais com certa frequência. Para exemplificar, ele lembra o discurso do arquiteto Pedro Bandeira (2003) diante do projeto “Concurso de ideias para reabilitação da Rua da Sofia”, em Coimbra, Portugal: “Hoje, lemos uma tendência para museificar/mumificar esse mesmo património, quase sempre na expectativa de o vender num postal turístico”.

A museificação, analisa Silva (2009), é uma forma de salvaguarda do patrimônio, que adquire diferentes perspectivas ao longo do tempo e conforme os lugares; é uma opção de intervenção cristalizadora de imagens, geradoras de ícones, mas nem sempre revitalizadora do espaço. Em geral, esse processo está relacionado a outros conteúdos programáticos, como na museologia, na qual é compreendido como um impedimento à degradação do bem cultural. Associada a outros programas, como a requalificação urbana, normalmente, a museificação não ocorre de maneira isolada, como sublinha o mesmo autor.

Guilhotti (1992) discursa sobre a museificação em seu estudo sobre as representações da América colonial por meio de imagens. A autora analisa uma representação pictórica de Van Kessel, intitulada *América*¹, datada de 1666 e componente de um conjunto de obras de estilo comum à época, concebida como uma alegoria de todas as partes do mundo – neste caso, a do continente então recentemente descoberto. Segundo a descrição da autora, a obra reúne elementos exóticos ao europeu, uma apresentação ampla da vida na América, com sua flora, fauna, seres humanos, novos e velhos, modos de vida e objetos de uso. A representação, prossegue Guilhotti (1992), é realizada com a finalidade de catalogar os elementos e pode ser associada a uma cristalização do continente americano, com o propósito

1. KESSEL, Jan van. América, 1666. 1 óleo sobre tela, color. 48,6 x 67,9 cm. Alte Pinakothek. Disponível em: <https://www.sammlung.pinakothek.de/en/artwork/Qm45Mn94No/jan-van-kessel/die-vier-erdteile-amerika>. Acesso em: 16 ago. 2020.

de alcançar uma representação completa, como se fosse possível o reconhecimento de sua totalidade. Para a autora, a obra de Van Kessel é uma imagem museificada do “Novo Mundo” em sua totalidade, alegoricamente representado dentro de um gabinete de curiosidades.

Agamben (2005), por sua vez, identifica uma espécie de museificação do mundo, ao constatar que tudo pode se tornar objeto de museu. Essa condição ocorre pela perda da funcionalidade de determinado objeto, das mais variadas características. Na visão do autor, o museu pode não se restringir a um espaço físico, uma vez que é possível abranger uma cidade e mesmo uma região, se pensarmos nos locais salvaguardados pelas instituições patrimoniais.

Choay (2010, p. 44) revela uma possível origem para a tendência atual de museificação: “Ora, vimos que as ‘antiguidades’, uma vez promovidas a ‘monumentos históricos’, foram objecto de uma protecção institucional, que tende à museificação e que é, agora, globalmente transferida para o ‘património’”. Em sua visão, existem ao menos dois aspectos capazes de explicar o fenômeno: a cultura de massas e a comercialização do patrimônio edificado. O primeiro aspecto, esclarece a autora, diz respeito à utilização dos bens culturais com viés econômico, provocando uma “satisfação cultural imediata” (p. 44), que, no entanto, se revela dissociada da essência e mesmo da intenção intrínseca ao bem, promovendo uma experiência superficial entre a pessoa e a história. No segundo aspecto, a ênfase está na mundialização dos bens patrimoniais, sobretudo, pela classe política, que tem transformado o valor histórico dos bens em rubricas de dinheiro. Não há limites para essa busca, tampouco preocupação com a superficialidade da experiência, desde que os visitantes dos locais demarcados contribuam financeiramente. Daí, destaca a autora, surgem as mais diversas práticas, que não vislumbram o prejuízo à verdade e, flagrantemente, produzem falsos históricos. Exemplo nesse sentido vem da China, onde a Cidade Velha (Old Town) de Lijiang, completamente destruída por um sismo, foi reconstruída com aspectos originais e esvaziada dos moradores nativos, transformando-se em um verdadeiro “museu a céu aberto”, com o objetivo único de arrecadar dinheiro com o turismo (CHOAY, 2010).

Uriarte (2012) discute a museificação em estudo sobre o Pelourinho, em Salvador, Bahia. Para ele, ao ser transformado em um típico “lugar de memória”, que tem como consequência o congelamento, o local é um exemplo de espaço museificado. Esse congelamento resulta da obsessão pela conservação das produções do passado ou, como identifica Choay (2010), por uma inflação patrimonial impulsionadora do surgimento de lugares ditos “de memória”, “congelados”, “petrificados”. Conforme explica Uriarte (2012), esse congelamento está relacionado às origens do local e, no caso do Pelourinho, ao passado colonial, ao estilo barroco e à cultura por-

tuguesa. Decorre da seleção, pelos órgãos patrimoniais, de estilos, práticas, entre outros aspectos, tidos como herança de um tempo passado, e da desconsideração do presente, de suas problemáticas e consequente descontextualização de lugares disponibilizados a consumidores externos, turistas em busca de atração cultural.

Desvallées e Mairesse (2013) entendem a museificação como um neologismo, uma derivação da palavra “musealização”, comumente concebida como a transformação de algo em museu. Nessa acepção, pode abranger um centro de vida e mesmo um sítio natural. A esses casos, porém, mais se aplica a palavra “patrimonialização”, que representa a preservação de um lugar ou objeto em museu, embora fora do contexto museológico.

Em Choay (2001), a museificação é concebida como processo decorrente de uma visão formulada em uma temporalidade associada às primeiras viagens realizadas à Europa em busca de antiguidades. De acordo com a autora, a museificação advém de uma perspectiva histórica de “papel museal” da cidade, entendida por cientistas, viajantes e estetas como uma obra de arte, a ser salvaguardada, tanto quanto os objetos de arte o são dentro do museu. A autora alerta para o fato de que a cidade, “tornando-se histórica, [...] perde sua historicidade” (CHOAY, 2001, p. 191).

Judy (2005, p. 40) entende existir, em prol da defesa da heterogeneidade, um movimento de preservação das identidades culturais gerador da museificação do que é vivo. As estratégias preservacionistas se encaminham para a salvaguarda das etnias, com um discurso contra a extinção das diferenças culturais: “Como um valor flutuante que responde às necessidades da moda, a etnicidade permanece uma referência estável, uma vez que é a condição básica da museificação das culturas”. Entendidos como objetos culturais, as etnias, os ambientes naturais, entre outros, são alvo de políticas de preservação – inclusive, áreas têm sido demarcadas, constituindo-se em reservas.

Barbosa (2006) explicita a museificação mediante a valorização da imagem das cidades, geralmente pautada em seus atributos culturais, em busca da produção do capital. Associa, dessa maneira, intervenções urbanísticas contemporâneas em áreas reconhecidas como históricas e culturais a puro “*remake* da paisagem”, tentativas de reconstituição de particularidades explicitadas na criação de corredores culturais, remodelando fachadas e bairros, “estilizados com cores e formas do passado”, produzindo um “sentimento bucólico (e retrô)” (BARBOSA, 2006, p. 129). Quase sempre, sublinha o autor, a museificação acontece quando esses investimentos mais beneficiam os turistas, um público externo ávido por consumo cultural, do que valorizam as raízes locais e sua população. Para ele, as áreas reconhecidas como patrimônio cultural apresentam um processo de gentrificação na medida em que passam a funcionar como pretexto para a expulsão de moradores,

com a finalidade de conferir novos usos aos locais salvaguardados. Citando o caso brasileiro do Pelourinho, lembra que a intervenção é justificada com a perspectiva de promoção de qualidade urbana, embora seja responsável pela expulsão de cerca de 90% da população local.

Rubino e Grinover (2009) reuniram textos de Lina Bo Bardi nos quais a arquiteta expõe uma possível associação do aumento do quantitativo de bens preservados a um processo de museificação e a uma necessidade, na obsessiva salvaguarda, de reminiscências do passado serem consideradas pertencentes a um presente histórico. Para Bo Bardi, o passado não mais existe; o que existe é o que provém dele, o que demanda escolher, entre as heranças, o que pode servir à geração atual. Dessa forma, afirma a arquiteta italiana, “o que você tem que salvar: aliás, salvar não, preservar – são certas características de um tempo que pertence ainda à humanidade” (BO BARDI apud RUBINO; GRINOVER, 2009, p. 170).

Por sua vez, Geraldès (2006) discute a museificação ao questionar a promoção do patrimônio cultural na contemporaneidade. Denunciando o afastamento dos bens culturais das práticas cotidianas, ele vincula esse processo à não compreensão dos laços associativos entre cultura e práticas sociais. Ao contrário, em sua análise, a cultura tem sido entendida em associação com práticas de lazer. Compreendido por esse prisma, o patrimônio cultural corrobora ações urbanísticas que o transfiguram em “objeto de consumo”, o qual só adquire sentido dentro de processos mercadológicos da indústria cultural. É desse pensamento que, na visão do autor, a museificação se origina.

Por fim, entendida como o “tombamento excessivo de prédios históricos, tornando a cidade inteira, um museu”, a museificação é conceituada por Vaz (2007, p. 39) como integrante de um conjunto de conceitos formulados em decorrência de críticas às intervenções realizadas no território, em um contexto de revisão do projeto moderno e de busca de desenvolvimento econômico da cidade por meio da valorização de particularidades culturais.

2. A museificação territorial

Expostas as abordagens referentes à museificação, é possível constatar que se trata de um termo de semântica difusa, derivada de conceituação divergente, mas não excludente, porque o fenômeno é explorado em diversos campos disciplinares. Reconhece-se, portanto, a existência de enfoques contrapostos, além de outros que, pela carência de informações, não conferem clareza ao conceito. Dessa forma, faz-se necessário construir conceitualmente o fenômeno, considerando-se os diversos apontamentos dos autores citados. No entanto, não se pretende esgotar a discussão em torno da temática, e sim expor uma possibilidade de abordagem. A

seguir, destacam-se oito hipóteses explicativas que definem o fenômeno e permitem entender suas causas e efeitos.

Propõe-se apreender que a museificação:

1. É a transformação não institucional de um objeto em museu e, assim, ocorre seguindo a mesma lógica museal de exposição de elementos destinados à contemplação, admiração e conhecimento;
2. Pode ser observada em diversos objetos – materiais e imateriais –, de uma simples edificação até uma cidade ou, ainda, uma região inteira, rural e/ou urbana. Pode ser igualmente notada em discursos ontológicos, retóricas, ideias, grupos de pessoas ou comunidades.
3. Retira o objeto de seus contextos histórico, social e cultural, provocando uma redução dos sentidos e os tornando funcionais com base em uma lógica específica.
4. Cristaliza, petrifica, congela o objeto, no sentido de lhe causar paralisia, a ponto de impossibilitar alterações comuns do curso natural histórico, em prol da preservação da ordem simbólica.
5. Em geral, não ocorre isoladamente; surge por meio de ações políticas, culturais ou sociais, explicadas por uma tendente obsessão contemporânea de valorizar culturas preexistentes: como na instituição museu, os elementos, antes obsoletos, ganham *status* de “patrimônio”, ao serem identificados como heranças a serem salvaguardadas.
6. É um evento mundializado, que pode estar vinculado à promoção do desenvolvimento econômico, por meio da criação de ambientes culturais que têm gerado uma rede de competição para atrair turistas.
7. Com frequência, exclui os usuários para dar lugar a um público de visitantes, quando não limita a vida dos envolvidos a uma razão de ser dentro da lógica de “pôr em cena”, subtraindo-os do desenrolar da vida cotidiana, como se estivessem em um espetáculo.
8. Gera ícones: como no museu, os objetos, que para ali vão em decorrência de obsolescência, tornam-se utilitários novamente, ao se transformarem em relíquias, em ordem simbólica artificial.

Entretanto, mesmo diante das múltiplas formas de sua manifestação, destaca-se como aspecto prevalecte sua semelhança com o desenvolvimento dos museus. Um território museificado não se torna instituição museológica (MARÍN; DEL CAIRO, 2013), não recebe o nome de museu nem é assim visto por seus agentes, mas, implicitamente, segue a mesma lógica. De fato, o termo “museificação” tem

profunda ligação com a palavra “musealização”, que é diretamente vinculada às ações da instituição museológica. A diferença entre “musealização” e “museificação”, esclarecem Desvallées e Mairesse (2013), está no seu uso: na primeira, o caráter é institucional, enquanto a segunda, dela derivada, configura um neologismo de aspecto pejorativo.

Este estudo, somado à visão de território de Costa (2010), propõe uma conceitualização relativa à museificação territorial, a se constituir como base para estudos empíricos. Entender a museificação como problemática que afeta um espaço permeado por relações sociais, cujas atividades são realizadas e mediadas por algum controle, é, sem dúvida, também compreendê-la por meio do território.

Adotado como referência para a elaboração daquilo que se anuncia como museificação territorial, o conceito de Costa (2010) para território é amplo, com variadas escalas e dimensões, diferentemente das perspectivas que propõem estudar apenas uma de suas escalas, como aquela que analisa o território como Estado-nação. Entendê-lo pelos aspectos multiescalar e multidimensional, todavia, não implica a supressão dos contextos locais e dos aspectos temporais individualizadores de um espaço. A historicidade e a geograficidade do território também são significantes na sua compreensão.

Essa visão relacional considera territorialização como “o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos”, explica Costa (2010, p. 16). Para ele, a segunda é a dimensão apresentada por uma identidade cultural, construída pela sociedade que o habita, enquanto o primeiro é percebido por meio do físico, do concreto, como uma dimensão dotada de caráter disciplinar, um controle de ordem político-econômica exercido por determinado grupo. Em função disso, na visão do autor, o poder é item essencial na análise da territorialidade. A territorialização é de extrema relevância para a formulação do fenômeno da museificação. Na verdade, a chave para analisá-la está no descompasso observado entre as dimensões de domínio e apropriação, o qual, como revelado a seguir, reside na força da dominação político-econômica nos/dos territórios.

Dessa forma, a territorialização museificante é aquela que, pelo domínio, extirpa a vida social anterior, por meio de um controle político e econômico. O território deixa de apresentar as relações complexas da apropriação, sua originalidade, transformando-se em simulacro. Assim, tem-se um território acessível, voltado para a visitação, integrando elementos selecionados para serem expostos, transformados em patrimônio-capital, direcionados a uma “conservação eterna”, por serem representativos de uma sociedade. A “conservação eterna” talvez seja o

aspecto “petrificante” mencionado pela maioria dos autores que discutem a museificação, como Jeudy (2005), Choay (2010) e Jacques (2008).

Em síntese, museificar o território decorre de uma territorialização operada pelo **domínio econômico e político**, com tendência a eliminar toda territorialidade advinda de uma apropriação simbólica. Tal domínio se processa por meio de ações transformadoras do território em território-museu, **funcionalizando** seus elementos, de modo a criar um “ambiente” para apreciação. Esse quadro se estabelece por meio de um **controle** exercido pelos agentes museificadores, com o qual o território, por fim, se torna **deslocado do tempo vivido**, do cotidiano, do comum.

3. Circuito Caravaggio

O Circuito Caravaggio será analisado tal como nos experimentos, em que a teoria é aplicada em um objeto concreto. Nele, procura-se observar o processo de museificação territorial por meio de ações transformadoras do circuito em território-museu. Para isso, são postas em análise as oito hipóteses explicativas da museificação mencionadas anteriormente. A intenção é reconhecer a existência de diversificação das ocorrências do fenômeno e suas expressões tangíveis e intangíveis.



Figura 1. Secção do mapa do Circuito Caravaggio.

Fonte: Santa Teresa (2016a).

Implantado no município de Santa Teresa, o Circuito Caravaggio (Figura 1) foi fundado em 2008, com a proposta de integrar os empreendimentos situados ao longo da estrada do Caravaggio. Em 2012, ele foi reestruturado, com a criação de um novo mapa-guia. Sua coordenação é feita por meio de uma associação que reúne os empreendimentos, a Prefeitura do município e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Mediante convênio, desde 2012, os dois últimos têm auxiliado os empreendimentos do circuito a se desenvolverem com a organização de eventos como cursos, palestras e consultorias.

Mesmo que possa ser feita todos os dias, a visitação ocorre mais intensamente nos fins de semana (SANTA TERESA, 2016b). Ao todo, são 23 atrativos, somados ao Vale do Caravaggio, onde se situam construções erguidas por imigrantes, ali estabelecidos no século XIX, e a produção de seus descendentes. O vale se constitui no elemento provedor de todos esses atrativos; nele, o circuito se estabelece e se desenvolve. A denominação do circuito esclarece essa proposição, ao fazer referência direta ao seu nome. O nome foi dado ao vale, e, conseqüentemente, ao roteiro, em razão da Igreja de Nossa Senhora do Caravaggio, construída em 1912 pelos imigrantes italianos (SANTA TERESA, 2016b).

3.1. Experimentação conceitual

1. A museificação é a transformação não institucional de um objeto em museu e, assim, ocorre seguindo a mesma lógica museal de exposição de elementos destinados à contemplação, admiração e conhecimento.

Essa primeira hipótese explicativa sobre a museificação é reveladora quanto ao processo de territorialização vivenciado por Santa Teresa em relação ao Circuito Caravaggio. Embora, na sua fundação, ele não tenha sido instituído como um museu, há razões embasadoras que permitem afirmar sua transformação em território-museu, quando assume a mesma lógica estruturadora dos museus. De forma geral, observa-se que seus elementos seguem uma ordem específica, que podem ser comparados a objetos museológicos e que se destinam, prioritariamente, ao consumo cultural.

Ao se analisar o mapa do circuito, a equivalência com a tipologia museológica se torna mais clara: o visitante é levado a percorrer um caminho, ao longo do qual pode contemplar, admirar e/ou conhecer elementos sequencialmente dispostos. Assim, o circuito funciona como museu quando se associa seu percurso aos corredores ou salas de um museu instalado em edifício no qual também estão as

atrações e as relíquias. A importância dada aos elementos numerados, entretanto, não identifica o território do circuito em sua totalidade. A representação ressalta os atrativos. Todavia, no fôlder (Figura 1), esse território é considerado um “cenário”, caso em que a totalidade do território tem papel de “plano de fundo” para as atrações apresentadas.

2. A museificação pode ser observada em diversos objetos – materiais e imateriais –, de uma simples edificação até uma cidade ou, ainda, uma região inteira, rural e/ou urbana. Pode ser igualmente notada em discursos ontológicos, retóricas, ideias, grupos de pessoas ou comunidades.

Ao analisar essa condição da museificação territorial, o próprio Circuito Caravaggio é objeto do fenômeno. Figura como um grande museu a céu aberto, percorrido por visitantes, do início ao fim, com o objetivo de conhecer o que ele abriga. Uma vez em Santa Teresa, o turista busca conhecer o que há no Vale do Caravaggio, o que esse museu-território reúne. Aliás, não apenas o circuito está museificado, como também seus elementos: os edifícios, os produtos comercializados e a paisagem são as atrações desse território-museu, constituindo-se em objetos postos diante de um público desejoso de ser interpelado.

Os donos/gestores desses elementos acabam sendo observados de maneira equivalente, o que impressiona bastante, já que, como sabido, em sua maioria se trata de descendentes de imigrantes, tidos, por isso, como detentores da cultura de seus antepassados. A própria retórica que envolve o Vale do Caravaggio é museificada, ao ser massivamente divulgado como reduto da cultura transmitida por imigrantes, quando, na verdade, parece haver um forçado processo de cenarização, que engana, forjando uma “realidade”. Esse processo é identificado em diversos elementos explorados no roteiro, começando pela inserção de ornamentos nas edificações e sinalizações do circuito, a exemplo dos lambrequins (Figura 2) – estruturas em madeira recortada, típicas da arquitetura produzida por imigrantes italianos no Espírito Santo (POSENATO, 1997). Entretanto, ao longo do circuito, não são observadas edificações remanescentes em que se verifica a presença desse elemento. Nota-se, portanto, a intenção de salientar a história local, por meio da criação de cenários vinculados à cultura de imigrantes, mesmo que pela manipulação equivocada – no exemplo dado, pelo deslocamento de um saber técnico-construtivo para a esfera da distração estética.



Figura 2. Uso de lambrequins em elementos do Circuito Caravaggio.

Fonte: registros de Aline Tessarolo Ruy (2017).

3. A museificação retira o objeto de seus contextos histórico, social e cultural, provocando uma redução dos sentidos e os tornando funcionais com base em uma lógica específica.

Essa funcionalização se apresenta, por exemplo, com a remoção ou a substituição do revestimento de fachadas com o intuito de expor a vedação em taipa – técnica construtiva comum em edificações, encontrada na Casa Lambert, construção emblemática do Circuito Caravaggio. Essa edificação é um ícone da imigração no Espírito Santo, protegida como bem patrimonial material por tombamento, em 1985, no Conselho Estadual de Cultura. Entretanto, como pontuado por Posenato (1997), a arquitetura dos imigrantes é constituída de cinco fases, a saber, construções provisórias, primitivo, apogeu, tardio e atual. A edificação em foco é considerada um exemplar da segunda fase. Desse modo, Santa Teresa abriga edifícios das quatro variações em seu território, inclusive no próprio circuito, e não apenas as construídas na fase primitiva.



Figura 3. Casa Lambert e Sítio Romanha (duas últimas imagens).

Fonte: registros de Aline Tessarolo Ruy (2017).

A redução dos sentidos, processo da museificação territorial, ocorre quando um emblema – a Casa Lambert – é entendido como o remanescente original da arquitetura de imigração, inspirando ações como a praticada no Sítio Romanha,

no qual se procedeu à remoção de revestimento externo para expor a estrutura em madeira e barro, em referência à estrutura utilizada no museu Casa Lambert (Figura 3). Nessa condição, a museificação se expressa de maneira clara, ao dotar a funcionalidade – a “logomarca” da imigração – de maior relevância do que a verdade histórica.

4. A museificação cristaliza, petrifica, congela o objeto, no sentido de lhe causar paralisia, ao ponto de impossibilitar alterações comuns do curso natural histórico, em prol da preservação da ordem simbólica.

No Circuito Caravaggio, a petrificação pode ser observada em níveis macro e micro. Pensando no circuito em si, no macro, o Vale do Caravaggio é forçado a permanecer como está, para resguardar seu valor turístico. Há, dessa forma, um impedimento de modificações equivalentes às ocorridas no cotidiano do território, que, como se sabe, é permeado por forças diversas, alvo de alterações contínuas, provocadas por uma variedade de causas, como os serviços contemporâneos e a expansão imobiliária. No caso da museificação, o resultado é a cristalização do território para a função turística e a manutenção de sua ordem.

Em escala micro, os elementos do circuito também são alvo do processo de petrificação. Aos poucos, a multiplicidade funcional do território é substituída pela dominância de setores vinculados ao turismo. Esse processo é verificado, por exemplo, na Vinícola Tomazelli, um exemplar da arquitetura do imigrante. Em sua origem, esse atrativo era lugar de habitação – um espelho de modos de vida passados – e foi refuncionalizado pelo comércio de produtos “típicos” do local (Figura 4).

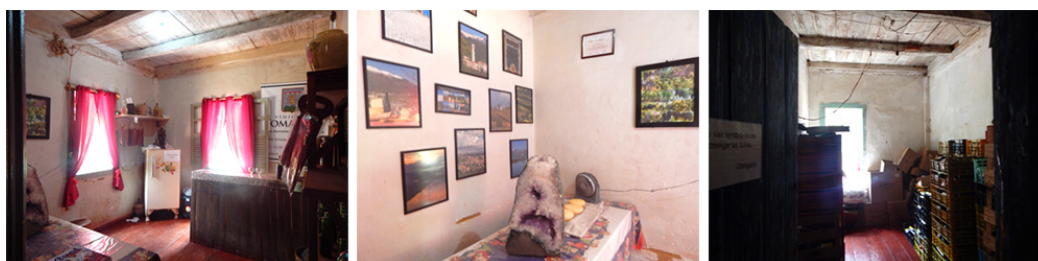


Figura 4. Interior da casa da Vinícola Tomazelli.

Fonte: registros de Aline Tessarolo Ruy (2017).

5. A museificação, em geral, não ocorre isoladamente; surge por meio de ações políticas, culturais ou sociais, explicadas por uma tendente obsessão contemporânea de valorizar culturas preexis-

tentes: como na instituição museu, os elementos, antes obsoletos, ganham status de “patrimônio”, ao serem identificados como heranças a serem salvaguardadas.

O Circuito Caravaggio foi criado pela esfera privada. Entretanto, instituições públicas apoiam a iniciativa e parcerias público-privadas foram firmadas. Nesse âmbito, além da museificação, a produção do circuito promove a cenarização, a teatralização, a gentrificação, entre outros processos urbanos reconhecidos em cidades históricas no Brasil. Adicionalmente, no circuito, a museificação não ocorre de forma isolada: ela integra territorializações que objetivam atender o mercado turístico contemporâneo. Quanto ao status de patrimônio, é possível reconhecer essa condição em diversos elementos do circuito. Muitos dos elementos obsoletos são visualizados como verdadeiras relíquias ou peças patrimoniais dignas de serem expostas à contemplação de todos. Uma vez perdida a funcionalidade, ao longo do tempo, são revalorizadas, segundo lógicas do empreendimento turístico.

Um exemplo claro de petrificação em elementos do circuito é a já mencionada Casa Lambert. A perda da função parece ocorrer em associação com a tentativa de torná-la útil ao papel de museu do imigrante. Assim como os objetos antigos são abrigados e postos ao vislumbre de curiosos, a própria casa adquire a função de obra de arte, condição intrínseca à sua patrimonialização.

6. A museificação é um evento mundializado, que pode estar vinculado à promoção do desenvolvimento econômico, por meio da criação de ambientes culturais que têm gerado uma rede de competição para atrair turistas.

Na lógica mundializada, existem diversas estratégias objetivando a promoção dos recursos turísticos, de maneira a atrair mais e mais visitantes. Uma delas é a propaganda em redes sociais. O Circuito Caravaggio, roteiro responsável por tornar Santa Teresa um forte polo turístico e atrativo de visitantes de todo o estado do Espírito Santo, tem sido amplamente divulgado nesses meios, nos quais é apresentado como um ambiente rico, ao reunir a natureza, a cultura e a diversão em um só território.

Essa divulgação visa atrair para Santa Teresa um público de visitantes que se dirige a outras cidades do estado para fins turísticos. Dessa forma, não é possível afirmar a existência de uma competição em nível nacional, nem, muito menos, mundial. Entretanto, certamente, o roteiro compete no mercado de cidades turísticas em âmbito estadual, inserindo-se, de todo modo, em uma lógica mundializada.

7. A museificação, com frequência, exclui os usuários para dar lugar a um público de visitantes, quando não limita a vida dos envolvidos a uma razão de ser dentro da lógica de “pôr em cena”, subtraindo-os do desenrolar da vida cotidiana, como se estivessem em um espetáculo.

No Circuito Caravaggio, é difícil encontrar pessoas cuja vida esteja fora da lógica turística. Mesmo que a maioria dos empreendimentos seja coordenada por famílias, estas estão instaladas em suas casas, adaptadas ao serviço que oferecem. Já se vê, nesse caso, um início do “pôr em cena”, quando pessoas se apresentam para os turistas como parte da história local ou como remanescentes do passado.

Os turistas podem entender essas pessoas também como patrimônio vivo, envolvido, porém, em uma retórica petrificante, aquela história dos imigrantes, dos seus avós e pais. Os discursos utilizados para tratar da cultura que abrigam podem ser considerados parte de uma teatralização/espetáculo movida pelo propósito de encantar o espectador e fazer com que consuma os produtos ali ofertados.

Uma demonstração da maneira como essas famílias interagem com o passado é a exposição, nas paredes, de fotografias e documentos antigos, bem como da comprovação de que seus antepassados foram de fato imigrantes. Elas se dirigem a esses materiais como peças que, associadas, totalizariam a cultura remanescente, como peças de museu expostas ao público (Figura 5).



Figura 5. Exposição de elementos para comprovação de ascendência.

Fonte: registros de Aline Tessarolo Ruy (2017).

8. A museificação gera ícones: como no museu, os objetos, que para ali vão em decorrência de obsolescência, tornam-se utilitários novamente, ao se transformarem em relíquias, em ordem simbólica artificial.

Próprio da museificação, esse processo é visualizado em diferentes situações no circuito. Vê-se a formação de ícones por meio de elementos abrigados pelo Vale do Caravaggio, representando a história vivenciada no município. Todo o remanescente existente expressa o passado e é tido como patrimônio local pelos habitantes e visitantes. Por terem sobrevivido, são preservados tais como os patrimônios culturais, mesmo não sendo protegidos legalmente e mesmo tendo sido transformados em objetos obsoletos. Estes não são úteis para a lógica atual comum de produção do território. Como peças, ganham funcionalidade novamente, ao serem apropriados pelo mercado turístico e terem seu valor de relíquia ampliado. Como relíquias, essas peças contribuem para configurar, cada vez mais, a museificação, pois estão petrificadas, paralisadas, como um objeto de museu.

4. Conclusão

Identifica-se a museificação territorial como um termo definidor de uma territorialização com base no domínio político e econômico, em que elementos territoriais são articulados conforme padrões museológicos. Os poderes econômico e político são imperantes e se desenvolvem seguindo ideologias parecidas com aquelas encontradas nos museus. Desse modo, acredita-se, o termo “museificação” se origina da palavra “musealização”, própria da instituição museológica; a diferença entre as duas vincula-se aos processos aos quais cada uma se refere: a primeira, à guarda, exposição e transmissão de valores histórico-culturais, ao passo que a segunda consiste em um neologismo da primeira, utilizada na teoria crítica e associada a processos desterritorializantes.

No que diz respeito à experimentação conceitual realizada no Circuito Caravaggio, entende-se que a análise do conceito em um objeto concreto se revela imprescindível para a compreensão do fenômeno, uma vez que representa uma fase essencial na construção de qualquer conceituação. O experimento constitui-se na análise de cada hipótese explicativa da museificação, por meio da observação de como o objeto concreto apresenta, embora parcialmente, as qualidades definidoras de um território museificado. Em diversas circunstâncias ligadas ao Circuito Caravaggio, são encontrados exemplos confirmadores de cada uma das oito afirmativas relativas ao fenômeno.

Além da confirmação das hipóteses explicativas, uma variedade de fatores permite considerar que, na análise da museificação, os roteiros culturais são objetos exemplares: têm alcance mundial, passam por expansão na contemporaneidade e possuem caráter agregador de estratégias turísticas diferenciadas. Por fim, pelas hipóteses explicativas, é possível reconhecer a transformação de elementos territoriais em objetos de museu, como comprovado por meio de experimento no Circuito Caravaggio.

Várias são as questões indicativas da importância de análises futuras, todas elas vinculadas à formulação conceitual de museificação territorial e à sua experimentação no Circuito Caravaggio. Diante das possibilidades de desdobramento, enseja-se o aprofundamento da temática enfrentada pelo estudo exposto, com vistas à necessária permanência sustentável dos territórios.

Referências

- AGAMBEN, G. *Profanaciones*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2005.
- BANDEIRA, P. *Rua Sofia*. 2003. Disponível em: <http://www.pedrobandeira.info/filter/architecture/Rua-Sofia-2003>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: BECKER, B. K.; SANTOS, M. (orgs.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006. p. 55-62.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2001.
- _____. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- COSTA, R. H. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.
- GERALDES, E. A. S. *Condições para a constituição de um patrimônio ambiental urbano: proposta de focos qualitativos no Centro de São Paulo*. 2006. 196 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- GUILHOTTI, A. C. A imagem visual: descoberta, conquista e museificação da América (séculos XVI e XVII). *Revista USP*, n. 12, p. 28-35, 1992.
- JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 32-39, 2008.
- JEUDY, H.-P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- MARÍN, J. J.; DEL CAIRO, C. Los dilemas de la museificación: reflexiones en torno a dos iniciativas estatales de construcción de memoria colectiva en Colombia. *Memoria y sociedad*, Bogotá, v. 17, n. 35, p. 76-92, 2013.
- PINHEIRO, E.; DUARTE, C. Esquecimento e reconstrução: memória e experiência na arquitetura da cidade. *Arquitetura Revista*, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 70-86, 2008.
- POSENATO, J. *Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1997.
- RUBINO, S.; GRINOVER, M. *Lina por escrito: textos escolhidos de Lina Bo Bardi*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

- SANTA TERESA (Município). *Fôlder Circuito Caravaggio*. Santa Teresa (ES): Secretaria de Turismo e Cultura, 2016. E-mail: turismo@santateresa.es.gov.br. Acesso em: 12 dez. 2016a.
- _____. *Pesquisa Circuito Caravaggio*. Santa Teresa (ES): Secretaria de Turismo e Cultura. E-mail: turismo@santateresa.es.gov.br. Acesso em: 12 dez. 2016b.
- SILVA, V. E. M. P. da. *Revolução (des)industrial: museificar, reutilizar e converter*. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.
- URIARTE, U. M. O lugar da História no consumo do chamado patrimônio histórico. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 14, n. 1, p. 7-24, 2012.
- VAZ, L. F. A “culturalização” do planejamento e da cidade: novos modelos? *Cadernos PPG-AU/UFBA*, v. 2, n. esp., p. 31-42, 2007.

Aline Tessarolo Ruy

Arquiteta com mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e pesquisadora associada ao Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento (Patri_Lab).

Email: aline.uv@gmail.com

ORCID: 0000-0003-4697-8576

Contribuição de autoria: investigação/pesquisa; metodologia; escrita – revisão e edição.

Renata Hermanny de Almeida

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, professora associada IV da Universidade Federal do Espírito Santo (Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) e coordenadora do Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento (Patri_Lab).

Email: renata.almeida@ufes.br; renatahermanny@gmail.com

ORCID: 0000-0002-8046-6665

Contribuição de autoria: investigação/pesquisa; metodologia; escrita – revisão e edição.

Submissão: 23 de outubro de 2019.

Aprovação: 22 de julho de 2020.

Como citar: RUY, A. T; ALMEIDA, R. H. Museificação territorial: fundamentos de um conceito. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 22, E202026pt, 2020. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202026pt

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR